

*Ata da 13ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 18 de abril de 2013.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão proposta pelos Deputados Carlos Brasileiro, Joseildo Ramos, Marcelino Galo e Yulo Oiticica para **debater a importância das ONGs no desenvolvimento social, econômico e produtivo do Estado da Bahia**. A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs.(as) convidados(as): o Deputado Carlos Brasileiro; a Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Moema Gramacho, representante do Governador Jaques Wagner; o Deputado Joseildo Ramos; o Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia do Ministério do Trabalho, Roberto Marinho; o Diretor Executivo da Associação Brasileira de ONGs e Coordenador do Vida Brasil, Damien Hazard; o representante da Articulação do Semiárido Baiano (ASA), Adenilson Santos; a representante do MST, Rosa Oliveira; a representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Eliana Rolemberg; a Coordenadora Executiva do Instituto de Mulher Negra, Valdeci Pedreira; a Gestora de Projetos da Associação Carnavalesca do Bloco Afro Olodum, Cristina Calácio; a Coordenadora Executiva do Centro Humanitário de Apoio à Mulher, Jaqueline Leite; o representante do Conselho Nacional de Entidades Negras da Bahia, Gilberto Leal; o Diretor da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, Raimundo Nascimento; e o Deputado Zé Raimundo. O Hino Nacional do Brasil foi executado. Em seguida, o Sr. Presidente justificou a necessidade de se ausentar, antes, porém, agradeceu as presenças de todos e ressaltou a importância daquela sessão, dizendo que só acredita no sucesso quando há unidade, disciplina, organização e determinação e, por isso mesmo, aquela sessão era mais que merecida, pois as ONGs desenvolvem um papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos baianos. O Grupo Siloé, Projeto Daomé, do Lobato, recitou poesias. O Deputado Carlos Brasileiro, ressaltando a seriedade com que as ONGs desenvolvem as atividades e administram o dinheiro público, disse que a imprensa baiana deveria tratar com o devido merecimento as ações positivas realizadas pelas ONGs para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Fez um breve resumo das conquistas alcançadas pelos Governos Lula e Dilma, que vem quebrando inúmeras crenças de que uma política social não tem o poder de levar desenvolvimento por si só, afirmando que uma sociedade que se constrói tendo como base a exclusão, não irá atingir os níveis de desenvolvimento desejados e de modo permanente. Nesse sentido, salientou que o atual Governo é referência na reconstrução do semiárido, marca que só tem se concretizado com a ajuda das ONGs, citando

como referência o Grupo Gamba. Por fim, externou a sua alegria pela realização daquela sessão e deixou registrado o seu abraço àqueles que se dedicam a construção de uma sociedade mais justa e buscam o desenvolvimento da economia solidária para resgatar a dignidade de tantos, através do desenvolvimento de atividades econômicas que geram a sustentabilidade daqueles que delas participam. O Deputado Joseildo Ramos disse que aquele é um momento de luta e de muita alegria, pois a sessão trata da importância do terceiro setor, e lamentou a ausência dos Deputados que tanto criticam as ONGs. Ressaltou a importância da luta para se alcançar a reforma política e assim poder alcançar a ampliação das ações destas entidades nos locais onde o Governo não consegue chegar. Informou que o Governo Wagner deixa uma marca registrada na mudança do trato com as ONGs e com todos aqueles que possuem uma significativa contribuição para o desenvolvimento do Estado. O Sr. Presidente justificou a ausência do Deputado Yulo Oiticica na sessão, em função de compromisso assumido no Extremo Sul da Bahia. O Sr. Roberto Marinho ressaltou a importância de se realizar um diálogo sobre as relações do Estado com as ONGs e informou que há um inconformismo de alguns com a perda do monopólio do acesso aos recursos público, pois as ONGs passam a ter uma participação eficiente, realizando as ações que o Governo não faz e, tudo isso, com o controle da sociedade no que se refere à utilização dos recursos públicos disponibilizados. Chamou a atenção para o fato de existir um contexto de criminalização das ONGs e, por isso, é importante que se tenha clareza das atividades dessas entidades, com a criação de um novo marco regulatório. O Sr. Renato Cunha falou sobre a reunião que acontecia na Casa, em uma das comissões temáticas, para tratar sobre o novo Código Florestal. Prossequindo, falou sobre a importância de se refletir sobre tudo o que foi dito acerca da luta empreendida pelas ONGs, visando garantir a construção dos projetos e atividades necessárias ao desenvolvimento do Estado da Bahia e os positivos reflexos para a sua população. O Grupo 100% Afro-indígena, grupo de Dança da Associação Arca de Olorum do Parque São Bartolomeu fez uma apresentação. O Deputado Marcelino Galo parabenizou a iniciativa da proposição, pois viviam um momento onde se tenta criminalizar as ONGs. Em seguida, disse que era a hora da reação, pois no dia anterior foi montado um verdadeiro circo para atacar todos os movimentos sociais. Concluindo, disse que para se alcançar uma sociedade mais justa é preciso que haja a participação de todos e é esse trabalho que se alcança com a participação das ONGs. O Sr. Damien Hazard agradeceu a iniciativa da proposição, pois é um momento de extrema relevância, quando se busca a construção de um novo marco regulatório para a sociedade civil, esperando que a Bahia possa impulsionar a organização daquele processo. Falou sobre a existência de duzentas e noventa e uma mil associações sem fins lucrativos no Brasil, com áreas de atuação diversas, e seguiu fazendo um breve histórico do surgimento destas no Brasil, que se deu, ainda, no regime militar. Concluindo, disse que há um ambiente hostil para a atuação das ONGs, principalmente com as políticas neoliberais, que fez nascer o mito do terceiro setor, mas é

preciso pensar e agir globalmente e assim fortalecer a democracia. A Sra. Rosa Oliveira externou a sua convicção sobre a necessidade de desapropriação dos latifúndios para que se possa construir uma sociedade mais justa, lastreada por uma política de reforma agrária consistente. Por fim, destacou a necessidade de se desconstruir a visão de que as atividades das ONGs são criminosas e demonstrar de forma clara que estas atuam com o propósito de resgatar e construir a dignidade da vida de seus cidadãos. O Sr. Adenilson Santos disse que ONG é marca da luta pela garantia de direitos e, por isso, trabalha para quem mais precisa, de modo eficiente e com o foco de produção voltado para a otimização dos recursos disponibilizados. A Sra. Ametista Nunes declamou a poesia "Os Estatutos do Homem", de Tiago de Mello. A Sra. Eliana Rolemberg registrou alegria em ter o Governo representado por duas mulheres. Tratou sobre a necessidade de acesso aos recursos disponibilizados para as entidades que, muitas vezes, não os obtêm em função das exigências impostas. Finalizando, fez um resumo das ações desenvolvidas pela Cese e disse que já foi entregue a minuta de projeto de lei para a instituição do novo marco regulatório para a sociedade civil. O Deputado Rosemberg Pinto disse que o debate é muito pertinente, já que é preciso desconstruir a ideia de alguns parlamentares em criminalizar as ONGs. Finalizando, disse que os movimentos sociais cumprem um papel significativo para construir a democracia e uma sociedade mais justa. A Sra. Valdeci Pedreira parabenizou a iniciativa da propositura daquela sessão especial, pois as organizações não governamentais constroem junto com os movimentos sociais um importante papel no desenvolvimento da sociedade, potencializando e garantindo o direito de todos e de cada um. Por fim, disse que estudos revelam o impacto das atuações das ONGs e que não há necessidade de contratação de ONGs estrangeiras, como ocorre no Brasil, haja vista existir pessoal capacitado para suprir a demanda. A Sra. Cristina Calácio ressaltou a existência de uma postura de discriminação com as ONGs, o que torna ainda mais árdua a atuação destas para obtenção de recursos públicos e, por isso, a importância do marco regulatório. Finalizando, falou sobre a necessidade de destinação de recursos para aquelas entidades, através de emendas parlamentares, como já se faz para tantos outros fins. O Sr. Gilberto Leal destacou a necessidade de se deixar registrada a importância da participação das ONGs na construção do movimento democrático e fez um comparativo com o Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Búzios, demonstrando a ação dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa. Concluindo, destacou a necessidade de se criar um ambiente propício para que as mentes libertárias possam atuar. A Sra. Jaqueline Leite falou sobre a atuação das ONGs frente a condição do tráfico de pessoas e o tratamento dado às mulheres que são traficadas e escravizadas. Prosseguindo, informou que o tema é discutido atualmente na novela de autoria da escritora Glória Perez, que contou com a colaboração do trabalho que é desenvolvido pela Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), que não recebe qualquer reconhecimento no seu próprio Estado, que é a Bahia, por isso salientou a necessidade de se olhar com outros olhos para aquelas instituições

que desenvolvem trabalhos tão sérios e importantes para a sociedade. O Deputado Zé Raimundo elogiou o modo como o proponente vinha trabalhando naquela Casa Legislativa e disse que a escolha do tema proposto vinha da crença de que o trabalho das ONGs é fundamental para apoiar o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. O Sr. Raimundo Nascimento lamentou o curto espaço de tempo para aprofundar o debate, bem como lamentou a ausência do Deputado Luciano Simões para debater sobre o tema, uma vez que, em discursos, vem tentando criminalizar as ONGs. Disse que os movimentos sociais são fundamentais para a construção do novo momento que vive o Brasil, e a tarefa é fazer com que haja uma atuação mais intensa daqueles que vivem cotidianamente o problema e com isso se alcançar um maior envolvimento da comunidade e resultados mais efetivos. A Secretária Moema Gramacho parabenizou os Deputados pela iniciativa da proposição e disse que o seu desafio era fazer ainda melhor a frente daquela nova pasta. Parabenizou também a Secretária Lucinha, comprometendo-se a levar ao Governador todas as questões apontadas no evento, destacando que o Governo precisa de parceiros para fazer fluir as ações necessárias ao bom andamento de sua estrutura e citou como exemplo a atuação das ONGs que atuam na recuperação de dependentes químicos. Salientou, no entanto, a necessidade de disponibilizar meios que permitam a melhoria da qualificação das ONGs para que possam competir com igualdade. Disse que o crescimento depende da divisão e da socialização e aquele debate deve acontecer também no nível federal para que se defina o olhar que se deve ter sobre as ONGs. Por fim, destacou a importância do novo marco regulatório para apontar de modo explícito todas essas questões e como será a normatização, facilitando, portanto, todo o entendimento das ONGs. O Sr. Presidente informou que ao término da sessão a Escola de Capoeira Bahia Ginga, do Lobato, do educador Saravá e o Grupo de Capoeira Raízes da Origem, do educador Pipoca e da Escola de Capoeiragem, farão apresentações no saguão ao lado. Em seguida, agradeceu as presenças de todos, convidando-os para a reunião que será realizada no Cese no dia 26/04/2013, às 09:00 horas, para dar continuidade àquele debate e, após a execução do Hino da Bahia, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -